

A POLIFONIA PERDIDA DO ARRAIAL DO TIJUCO

THE LOST POLYPHONY FROM ARRAIAL DO TIJUCO

Júlio César de Oliveira¹

Resumo: O artigo visa a refletir sobre alguns fragmentos sonoros que marcaram a paisagem sonora do Arraial do Tijuco no decorrer dos séculos XVIII e XIX. Para a plena realização deste desafio recorreu-se a diversas fontes de pesquisas, dentre elas, à literatura, a música, os relatos de viajantes e as obras dos memorialistas locais.

Palavras-chave: paisagem sonora, Tijuco.

Abstract: This article aims at reflecting about some sonorant fragments which were crucial to the soundscape from Arraial do Tijuco throughout the XVIII and XIX century. In order to fully carry out this challenge several search sources were studied, among which literature, music, travellers speech and the writings memorialist of the local.

Keywords: soundscape, Tijuco.

Analisando-se a paisagem sonora² do Arraial do Tijuco, por meio das obras produzidas por memorialistas, historiadores e viajantes, depreende-se que ela era labiríntica, conflituosa e denunciadora do autoritarismo português.

¹ Doutor em História Social pela PUC/SP. Professor da *Universidade de Uberaba* e da *Universidade Presidente Antônio Carlos*. E-mail: juopai@yahoo.com.br

² Concebida como todo e qualquer campo de estudo atinente à acústica, em particular a polifonia e a musicalidade existentes nas cidades, à paisagem sonora caracteriza-se por ser composta por sons fundamentais, sinais e marcas sonoras. Quanto aos sons fundamentais, cabe destacar que eles tanto podem ser criados pelos elementos da natureza, como pelas máquinas de combustão interna. Por fim, verifica-se que eles não precisam ser ouvidos conscientemente, uma vez que se tornaram hábitos auditivos, porém, deve-se salientar que eles são notados quando mudam ou desaparecem totalmente, sendo, nestes casos, lembrados com afeição. No que se refere aos sinais, verifica-se que eles são sons destacados e ouvidos conscientemente. Alguns destes sinais, tais como sirenes, sinos e apitos, constituem-se em recursos de avisos acústicos, que tanto podem anunciar um acontecimento aprazível e/ou catastrófico. No que concerne à marca sonora, observa-se que ela se refere a um som da sociedade que seja único ou que possua determinadas qualidades que o tornem significativo ou notado pelos habitantes daquele lugar (SCHAFER, 2001).

Nesse contexto, ocupam uma posição singular as reflexões realizadas pelo memorialista Joaquim Felício dos Santos³ diante da opressão portuguesa junto à sociedade tijuicana, posteriormente, diamantinense⁴. Nessa perspectiva, antes de esquadrinhar-se algumas obras por ele produzidas, mais especificamente *Acayaca*⁵ e *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro do Frio*, deve-se salientar que elas foram geradas em um momento histórico caracterizado pela luta em prol da implantação da república e pelo ressurgimento da imprensa liberal, silenciada desde 1832, em Diamantina.⁶

Nesse sentido, o jornal *O Jequitinhonha*, objetivando o retorno dos assuntos liberais às conversas cotidianas, passou a publicar, em folhetins, diversas obras lembrando à população o seu passado de lutas e rupturas, conclamando as elites à retomada dos tempos de glória

³ Joaquim Felício dos Santos (1824-1895) nasceu na Vila do Príncipe, atual cidade do Serro. Com residência fixada em Diamantina, esse republicano “histórico” foi senador, jurista, memorialista e romancista. Ao longo de sua vida publicou diversas obras, dentre elas, um projeto de *Código Civil Brasileiro*, *Memórias do Distrito Diamantino* e um trabalho crítico-humorístico-histórico intitulado *O Brasil do ano 2000*.

⁴ Para alguns viajantes e historiadores, a implantação do *Regimento Diamantino*, fundamentado em uma legislação draconiana, foi responsável por aprofundar o isolamento do Distrito, fazendo com que ele se tornasse uma colônia dentro de outra colônia, desligado do restante do Brasil por uma extensa barreira legal e administrativa, “mais eficaz naquela sua forma do que as pedras e tijolos da Grande Muralha da China”. Para outros pesquisadores, possivelmente influenciados por Joaquim Felício dos Santos, a excessiva centralização administrativa vigente no Distrito, ao contrário do restante da Colônia, obteve excelentes resultados, pois fora organizada de forma especial, isto é, completamente independente de quaisquer outras autoridades da Colônia, portanto, prestando contas tão somente ao governo metropolitano. Em sentido contrário a essas abordagens sugerimos, entre outras, a leitura das obras de Júnia F. Furtado citadas no artigo.

⁵ O romance *Acayaca* foi publicado em 1866, por meio da tipografia Perseverança Fluminense, sendo em 1869 lançada na série *Leitura Para Todos*. Além do referido romance o autor produziu *Poção do Moreira*, *Acaba-mundo*, *O Intendente dos Diamantes*, *Fragments de um Manuscrito* e *O Capitão Mendonça*.

⁶ Para Furtado, a referida obra caracteriza-se, além de denotar a construção que o autor faz da história do referido Distrito, pelo fato de estar impregnada pelas histórias de diversos “heróis” e “vilões” que povoaram a região diamantina, destacando-se entre eles, Chica da Silva: “Chica da Silva foi a única mulher do século XVIII elevada, por Joaquim Felício, à categoria de personagem histórica. Todos os homens - fossem libertos ou escravos - nascidos na terra brasilis figuravam nas *Memórias* como mártires no panteão dos heróis nacionais. Com Chica no entanto não aconteceu o mesmo. Homem do século XIX, o autor reconstruiu a personagem conforme a visão que predominava em sua época, e fez projeções de suas impressões no século anterior. Baseou-se em cenas de seu cotidiano social, em que a mulher e a família deviam reger-se pela moral cristã e onde imperavam os preconceitos contra ex-escravos, mulheres de cor e uniões consensuais” (FURTADO, 2003, p. 266).

e de honra. Nesse contexto, foram publicadas as seguintes obras de Joaquim Felício dos Santos: *Acayaca* e *Memórias*, reproduzido o *Libelo do Povo*, assinado com o pseudônimo de Timandro, que interpreta a luta pela nacionalidade, segundo a perspectiva do projeto liberal, e culmina com as *Páginas da História do Brasil Escritas no ano 2000*.

Imiscuído entre os editoriais inflamados, em franca oposição ao regime monárquico, o romance *Acayaca* publicado no *Jequitinhonha*, equipara-se, segundo Souza (1993) ao *Guarani* de José de Alencar, por apresentar em seu âmago o mito da fundação da terra. Insatisfeito com o presente, estando ele margeado por instituições opressoras, Santos narra a fundação mítica do Arraial e a luta titânica empreendida pelos índios Puris contra os invasores portugueses e, por extensão, a gênese política e sonora dessa opressão.

Do ponto de vista literário, observa-se que a referida obra foi inspirada em diversos romances românticos ambientados no período medieval, em particular na obra *Eurico, o presbítero*, do português Alexandre Herculano, que remete o tempo de sua narrativa às lutas nacionais portuguesas no século VIII, ocasião em que os mouros invadiram a península ibérica.

Outro aspecto de cunho literário e, portanto, histórico, a ser enfatizado conduz a interlocução do autor com o ideário preconizado pela primeira geração do romantismo brasileiro que, de uma forma geral, acreditava não existir nada mais significativo do que a natureza, em sua dinâmica mítica, para expressar a idéia de Nação. Ou seja, os românticos acreditavam que era possível, sob o fulgor das estrelas, sobre a terra e com os índios, começar a contar as histórias referentes às diferenças entre Brasil e Europa e também aquelas relativas à identidade nacional.

Do ponto de vista histórico, deve-se salientar que as representações que buscam o mito de origem não são exclusividade da história que Santos lutou para engendrar, pois algo muito semelhante teria ocorrido no âmbito da historiografia produzida em outro continente, conforme ressaltou Marc Bloch (2001, p 56-57). O mesmo procedimento também teria sido adotado para explicar a fundação de muitas cidades brasileiras. Pesavento (2002) também toca nessa questão, ao tratar dos discursos que tiveram como objetivo analisar as origens da cidade de Porto Alegre no Rio Grande do Sul. Segundo a autora, atravessa esses discursos a tentativa de reconstruir a gênese da cidade a partir da mitificação das origens. Nesse caso, o mito fundador teria

por função promover o sentido da pertença e, com ele, garantir a unidade da população em torno de projetos políticos.⁷ O retorno às origens também caracterizaria, no dizer de Bresciani, os trabalhos desenvolvidos pelos intelectuais que se debruçaram sobre os estudos acerca das colônias européias instaladas no continente americano: “Todas as elaborações intelectuais sobre o que veio a ser cada uma das antigas colônias européias nas Américas sentem-se irresistivelmente atraídas para a origem, um começo, para os tempos da colonização” (BRESCIANI, 2003, p. 69).

No entanto, outro elemento também pode ser observado na obra de Santos, isto é, a forte presença de uma cosmogonia na qual os deuses apresentam-se, criam-se ou criam outros deuses ou o mundo a partir do som. Nesse sentido, verifica-se no romance a marcante presença de uma fonte cultural de origem judaico-cristã que acentua o mundo como eco e materialização da palavra⁸ e, que, segundo a qual, o autor explica o surgimento do Arraial. Influenciado, respectivamente, pela Gênese e pelo evangelho de São João, observa-se no romance *Acayaca* que as coisas irrompem para a vida ao serem nomeadas pela voz do Criador e são ressaltadas constantemente pelo verbo divino, sendo, esse último, responsável pela constituição do céu, da terra e, por conseguinte, do próprio Arraial.

Dessa forma, observa-se na narrativa do memorialista, assim como naquelas de diversos povos em diferentes momentos históricos, o fato de o autor recorrer aos sons para explicar e ao mesmo tempo justificar a origem do Arraial e, conseqüentemente, da opressão ali existente. Nesse contexto, destaca-se novamente em meio à paisagem sonora de cunho mítico, descrita por Santos, assim como nas demais que se seguiram, mais especificamente *Memórias do Distrito Diamantino*, os sons tabus. Isto é, sons considerados por diversos

⁷ Ao tratar da obra de Augusto Porto Alegre, a autora tece o seguinte comentário: “Sua obra histórica tem uma ‘posição’ literária, e seu discurso sobre o passado compõe uma coerência de sentido mítica. O horizonte de temporalidade desse mito é o passado, e a sua narrativa busca reconstruir a sociedade antiga com vistas a consolidar um sentimento identitário. O mito fundador, como se sabe, é fundamental para representação de um pertencimento, que construiu uma comunidade simbólica de sentido” (PESAVENTO, 2002, p. 246).

⁸ Segundo Sant’Anna (2001, p. 23-33), duas são as fontes culturais pelas quais os homens explicaram o surgimento do universo e da terra, quais sejam, uma que ressalta o mundo como eco e materialização da palavra e outra que concebe o universo regido por uma música cósmica.

estudiosos de enorme ressonância simbólica que, quando proferidos ou produzidos, tinham o poder descomunal da criação e da destruição, por isso eram somente conhecidos pelos membros do grupo e, em particular, pelos mais velhos e sábios.⁹

Mediante o poder atribuído a esses sons, verificava-se que eram zelosamente guardados, constituindo-se, dessa forma, em segredos e, por extensão, em silêncios cuja manutenção garantia a sobrevivência do grupo. No caso dos Puris, retratados por Santos em *Acayaca*, os sons tabus estavam vinculados ao culto de uma árvore por eles denominada de *acayaca*. Segundo a crença vigente no seio dessa nação indígena, enquanto aquela árvore existisse, eles estariam protegidos contra todos os males e defendidos de todos os perigos e ameaças.

Entretanto, durante os festejos do casamento de Cajubi, uma das inúmeras filhas do pajé Pyrakassu, em local distante, os homens brancos, informados pelo mameluco Tomás Bueno sobre o segredo da tribo, derrubaram a *acayaca*. Interpretando o acontecimento como sinal de mau agouro e tomados de pânico, os índios passaram a rebelar-se contra o pajé, estabelecendo entre si uma luta atroz. Diante desse quadro desolador que conduzia à extinção da nação Puris, fosse pelas lutas internas e/ou pelas constantes incursões militares do homem branco, o pajé ateou fogo ao cedro sagrado e proferiu sua maldição sobre os invasores das terras sagradas do Puris:

Quereis riquezas, achareis muitas debaixo da terra que calcamos debaixo dos pés; mas o ouro há de escaldar-vos as mãos, a cobiça há de devorar-vos as entranhas. Tomastes nossas terras, expulsastes-nos da taba: mas vossos filhos serão também expatriados, e vê-lo-eis arrastados em correntes para irem perecer em um país, onde o sol cresta e enegrece a pele. Hoje, nossos perseguidores, amanhã sereis perseguidos por outros, que virão disputar-vos as riquezas que descobrires. Fugireis para bosques, esconder-vos-eis nas brenhas, nos abismos, nos precipícios, no meio dos animais bravios, e aí mesmo sereis caçados a moçaba, como nos caçastes a nós. Profanastes nossas ibicoaras, onde

⁹ Segundo Schafer (2001, p. 282), os sons tabus, além de serem ouvidos na contemporaneidade na forma de sirenes da defesa civil, que quando tocadas são seguidas por um desastre, foram tradicionalmente proferidos de maneira imprópria e sempre seguidos por morte e destruição. Nesses casos, são para ele são emblemáticos a palavra hebraica *Jaweb* e o termo chinês *Huang chuang* (sino amarelo), que, se tocado pelo inimigo, seria suficiente para causar um colapso no Império e no Estado.

repousavam as cinzas dos bravos; e vossos corpos jazerão insepultos sobre a terra para serem pastos de corvos, ou serão lançados no Jequitinhonha, e arrojados ao mar; vossos ossos branqueados os rochedos, e ninguém se animará a buscá-los para o jazigo sagrado (SANTOS, 1866, p. 21).

Após ter proferido tais palavras e ateadado fogo à árvore sagrada, seguiu-se um dilúvio, e, logo em seguida, começaram a aparecer pedrinhas rijas, brilhantes, transparentes, ordinariamente cristalizadas na forma de octaedro, isto é, o diamante - carbonização da *acayaca*, árvore considerada sagrada pelos Puris. Mediante esse fato, a brasa adormecida dos diamantes faria arder sempre as mãos de todos aqueles que se atirassem com voracidade sobre o seu cintilar.

Continuando a auscultar a paisagem sonora do Arraial do Tijuco e/ou cidade de Diamantina, por meio das obras de Santos, mais especificamente *Memórias do Distrito Diamantino*, que visa narrar a saga da população do Distrito na luta pelo direito à cidadania, assim como, a presença de idéias republicanas no momento da luta pela independência, constata-se, inicialmente, que essa paisagem sempre esteve direta e indiretamente associada a uma polifonia denunciadora da presença incômoda, autoritária e opressiva da Coroa portuguesa, pois, segundo seu autor:

Éramos regidos com leis particulares, debaixo do mando das autoridades, especiais, como uma colônia isolada, segregada do resto do Brasil. [...] As vistas da Corte eram haver todo proveito do descobrimento dos diamantes: daí deviam os governadores tirar regras de sua conduta, e assim não valiam as melhores intenções. Procuravam não se desviar das determinações da Corte, embora com sacrifício dos povos, porque conheciam que tanto mais confiança gozariam, quanto mais promovessem os interesses do Fisco (SANTOS, 1976, p. 61).

Abordando-se à paisagem sonora desse período da história do Arraial descrita por Santos em *Memórias do Distrito Diamantino*, observa-se nela a constante presença dos sons tabus. Na referida obra, eles aparecem envoltos em uma narrativa de cunho histórico, fazendo-se notar na forma reservada dos indivíduos, ou seja, daqueles que sabem guardar um segredo, sendo, portanto, sucintos em seus atos e palavras. Também, na forma de discrição dos mais diferentes sujeitos sociais, isto é, em uma atitude de segredo na qual observa-se o desejo de

ocultar as misérias que constituem tudo aquilo que o indivíduo aprendeu que não deve ser (PAULA, 1999).

A reserva constituiu-se, inicialmente, em uma maneira encontrada pela população do Tijuco para preservar a própria vida e liberdade, pois ela silenciava sobre si com medo de ser delatada e, por extensão, deportada, tendo dessa forma seus bens confiscados. Posteriormente, ela incorporou outra faceta, ou seja, uma forma de ocultar as misérias, sendo emblemático o próprio ato de garimpar escondido que ganhou na região diamantina uma conotação associada ao banditismo e à delinquência.¹⁰ Nesse contexto, detecta-se no interior da sociedade tujucana o silêncio de Harpócrates e de Lara.¹¹

O silêncio de Harpócrates é o silêncio do tujucano, quando, no desejo de preservar sua vida e sua liberdade, calava-se. Esse silêncio é um prelúdio para a revelação. Abre passagem. Confere às coisas grandeza e majestade. É o silêncio da prudência e da circunspeção. Diferentemente desse silêncio de abertura e de revelação, temos o mutismo que é o impedimento desta, seja pela recusa de recebê-la, seja pela recusa de transmiti-la. [...] o mutismo está ligado às línguas cortadas para esconder as manchas e as misérias do indivíduo, quando ele não corresponde àquilo que deve ser. O corte impede a revelação e a realização do ritual de passagem (PAULA, 1999, p. 116-117).

Além dos sons tabus, a obra *Memórias do Distrito Diamantino* também possibilita observar que a paisagem sonora do Tijuco caracterizava-se por ser composta de sons separados que podiam ser claramente ouvidos em razão do baixo nível de ruído ambiental. Isto é, devido ao fato de os sons se sobreporem com menos frequência, podia-se ouvir à noite os sinais acústicos da opressão portuguesa por

¹⁰ Segundo Santos (1976, p.79): “Garimpo era a mineração furtiva, clandestina do diamante, e o garimpeiro o que a exercia. [...] Garimpeiro tornava-se muitas vezes aquele que obrigado a expatriar-se ou a passar uma vida de misérias, porque com a proibição da mineração se lhe tirava o único meio de subsistência, ia exercer uma indústria, a mineração clandestina, que julgava um direito seu, injustamente usurpado; era aquele que, condenado a degredo para o solo ardente africano, vendo sua família na miséria, por lhe terem confiscados todos os bens [...]”.

¹¹ Harpócrates, denominado deus do silêncio, era representado sob a figura de um jovem em pé com o dedo sobre os lábios, como a impor silêncio, vestindo uma pele de lobo coberta de olhos e de orelhas, significando que devemos falar pouco. Lara, chamada Roma Deusa do silêncio, que teve a sua língua cortada por Júpiter ao contar à mulher deste a sua paixão por Juturna (PAULA, 1999, p. 116-117).

meio do tinir das armas, do andar compassado e autoritário dos soldados que cotidianamente percorriam as ruas e becos do Arraial:

Vivíamos como estivéssemos em um eterno bloqueio, isolados do resto da colônia, sendo-nos interdita toda comunicação com os povos de fora. Ninguém podia julgar-se seguro em sua casa. O senhor via com desconfiança no escravo um inimigo oculto que, denunciando-o, obtinha a liberdade e partilhava seus bens com a Fazenda Real. Era assim que, à noite, as ruas do Tijuco tornavam-se melancólicas e silenciosas, como lúgubres galerias de um vasto cemitério: apenas se ouviam o tinir das armas e o andar compassado e monótono dos soldados que rondavam (SANTOS, 1976, p. 110).

Nas noites ecoavam, desde a fundação do Arraial, além do tinir das armas, do rufar dos tambores, dos passos dos soldados às margens do São Francisco ou na mata densa, o cricrilar dos grilos, o rufar furtivo das asas dos pássaros noturnos e o pio noturno das corujas, invariavelmente, seguidos por seus vôos silenciosos. Também ocupava uma posição singular nessa paisagem sonora noturna, mais especificamente nos primeiros anos de fundação do Arraial, os gritos desbragados das onças, o isolado, porém, persistente uivo dos lobos, cuja alta tessitura invadia os ouvidos dos homens instalando em suas almas o medo e o receio de se sair à noite:

[...] onde é o Arraial de Baixo e que então era um covil de feras bravias. As ruas do Macau, Chafariz, São Francisco e Cavalhada, descendo da Grupiara até o Rio Grande, eram um vasto tremedal que no tempo das águas se alagava, tornando-se intransitável e servia como barreira às feras que acoissadas, pelos índios, subiam pelos desfiladeiros apertados do Arraial de baixo (SANTOS, 1976, p. 43).

No mundo labiríntico das ruas e becos era possível, segundo os romances de Santos e as pesquisas realizadas por alguns historiadores, encontrar-se por todos esses espaços diversas formas de silêncios e sons provenientes da voz. Nesse contexto, deparava-se com homens livres e pobres, como os garimpeiros de vida difícil e incerta, que silenciosa e cotidianamente subiam e desciam as ladeiras, vestidos de largos sortus de pano grosso azul que lhes estendiam até os joelhos, tendo nas cabeças chapéus de imbés de longas abas. Pelo universo multifacetado das ruas e becos, defrontava-se, freqüentemente, com

homens de poucas e ásperas palavras, como os sisudos capitães-domato, trajados de jaqueta de couro de veado, calças de tré, camisa de chita ou riscado.

Próximo aos chafarizes públicos ou cruzando as pequenas praças, deparava-se constantemente com a presença ruidosa e incômoda de diversos desclassificados.¹² Mal vestidos, quando não esfarrapadas e seminus, estes agentes sociais eram constantemente impedidos ou desobrigados de assistirem à missa, especificamente, nos dias considerados santos, por não terem recursos suficientes para vestir adequadamente a si mesmos e aos seus familiares. O que, no entanto, não impedia, apesar de considerados turbulentos e intratáveis pelas autoridades e pelas classes hegemônicas, de serem freqüentemente utilizados como mão-de-obra alternativa à escrava (SOUZA, 1982).

Além das vestes, dos gestos rudes e do olhar desconfiado, também lhes denunciavam a condição social, os termos, o tom e a altura da voz empregada em seus diálogos cotidianos. Acostumados a comunicarem-se por meio de berros e gritos estridentes, suficientemente altos para serem ouvidos a metros de distância, esses sujeitos sociais, com suas vozes e gestos ruidosos, contribuíam para definir os territórios a serem ou não freqüentados pelos “homens de bem”:

[...] os escravos passam uma parte dos momentos de liberdade que se lhes concedem e dos que podem furta-los a seus senhores; é para lá que levam o produto de seus roubos, dos quais os proprietários das vendas não foram talvez os menores cúmplices; e aí acabam por se corromper, comunicando-se reciprocamente seus vícios e que se esquecem, na embriaguez, a escravidão e suas misérias. Nada se pode comparar ao ruído confuso e discordante que reina nas vendas muito freqüentadas: uns riem, outros discutem; todos falam com loquacidade; este aqui, sem ligar ao que se passa em redor, dança sapateando; aquele outro, encostado indolentemente à parede, canta com voz afinada uma canção bárbara, acompanhando-se de um instrumento mais bárbaro ainda (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 63).

¹² Sobre a presença ruidosa e incômoda destes sujeitos sociais Mawe (1975, p. 156 - 158), teceu os seguintes comentários: “Não me recordo de ter visto em outro lugar tantos pobres, sobretudo mulheres. Cento e cinqüenta desses infelizes vinham todas as semanas receber farinha, que o intendente lhes dava. São absolutamente desocupados [...] por estar situado em distrito estéril, que, nada produz para alimentação de seus habitantes, em número de seis mil, o Tijuco se abastece em fazendas afastadas várias léguas. O pão era aí extremamente caro”.

Ao lado destes, estavam cotidianamente presentes nas esquinas, ruas, praças e becos, outros sujeitos sociais, cada qual com suas respectivas vestimentas, vozes e silêncios. Entre eles, destacavam-se algumas mulheres que, por meio de seus trajes ricos e pomposos, seus gestos, suas falas e seus sorrisos espalhafatosos provocam a ira e a indignação de alguns moradores do Arraial:

Devendo-se atender, mais que a nenhuma outra coisa, a evitar pelos meios possíveis as ofensas de Deus e com especialidade os pecados públicos, que com tanta soltura correm desenfreadamente no Arraial do Tijuco, pelo grande número de mulheres desonestas que habitam no mesmo Arraial, com vida tão dissoluta e escandalosa que, não se contentando de andarem com cadeiras e serpentinas acompanhadas de escravos, se atrevem irreverentes a entrar na casa de Deus com vestidos pomposos, e totalmente alheios e impróprios de suas condições (SANTOS, 1976, p. 56).

Contrastando com a forma rude e simples de se vestir, falar e se comportar no âmbito doméstico ou público desses sujeitos sociais, também transitava pelas ruas, becos e praças do Arraial um reduzido número de pessoas pertencentes às classes hegemônicas, geralmente bem trajadas, de costumes delicados e de fala mansa. Por esses territórios também circulavam e conversavam entre si, por meio de palavras comedidas e de forma afável, indivíduos oriundos dos setores intermediários cujos poucos recursos, invariavelmente, eram aplicados na aquisição de um escravo para, posteriormente, alugá-lo a uma taxa de juros de 16% à *Real Extração* (FURTADO, 1996, p. 51). Reportando-se ao período do Terceiro Contrato (1748-1751), quando ocorreu o aumento da população, do comércio e da riqueza, devido à indolência das autoridades e à tolerância do Contratador Felisberto Caldeira Brant para com o contrabando, pode-se observar que tal prática culminou, como sempre, no bem estar de muitos e na riqueza de alguns.

Porém, para além dessa prática corriqueira, verifica, de um lado, que uma parcela significativa desse capital acumulado foi empregada na satisfação de novas necessidades intimamente atadas ao luxo, o que propiciou profunda alteração nos costumes dessa camada da sociedade. Ou seja, as classes hegemônicas procuravam imitar “à risca” os usos e modas provenientes da Metrópole, que, por extensão, imitavam ditames oriundos da França.

De outro lado, o memorialista constatou que uma fração também expressiva do capital acumulado pelas elites foi devidamente aplicada nos mais “graves” e “sérios” estudos atinentes à “civildade”, isto é, na maneira que cada membro das classes hegemônicas deveria “regular” o seu comportamento no âmbito privado e público. Mediante essa necessidade, foram recrutados, por meio de altos salários, os mais diversos mestres que ensinavam e escreviam longos tratados, devidamente impressos e encadernados, em que se discutiam questões concernentes aos gestos, às falas e às vestimentas a serem utilizadas cotidianamente.¹³ Quando da realização das refeições, ouviam-se diversas sonoridades, sendo algumas delas permitidas, como as provenientes das conversas. Outras sonoridades, dentre elas a oriunda das tosses, eram consideradas “crime de lesa-civildade”.

Um dos mais graves e sérios estudos do tempo era o da denominada política ou civildade, isto é, da maneira por que cada um devia em publico regular o seu comportamento. Para este estudo havia mestres, mestres de nomeada, mestres que se mandavam vir de longe, com grandes dispêndios e pingues ordenados. Escreviam-se tratados longos, que se imprimiam e nitidamente se encadernavam [...] neles se discutiam questões que tinham a aparência da maior gravidade e importância, e sobre que divergiam, com grande perigo da etiqueta, as opiniões dos mais abalizados autores e práticos. [...] Em uma sociedade a menor discrepância das regras do ritual, ou inobservância das etiquetas burlescas e ridículas, que se era obrigado a observar, constituía-se grave crime de lesa-civildade, e o delinqüente era apontado a dedo como homem grosseiro e falto de educação (SANTOS, 1976, p. 85).

No entanto, existiam momentos em que se abrandava a severidade dos artigos atinentes às etiquetas, ou seja, nas reuniões de família. Nessas reuniões, que na maioria das vezes culminavam em bailes animados ao som dos minuetos, valsas e fandangos, as pessoas “esqueciam” as regras básicas de comportamento:

Havia, porém, uma ocasião em que parecia se abrandar um pouco a severidade dos rigorosos artigos do inexorável ritual da etiqueta: era nas reuniões de família, que hoje

¹³ Nesta perspectiva, observa-se que as elites locais haviam atingido aquilo que Elias (1994, v. 2), denomina de consciência da civilização, isto é, a consciência da superioridade de seu próprio comportamento em relação aos demais segmentos sociais.

chamamos bailes, quando a música eletriza os espíritos e convidava para a dança damas e cavalheiros. [...] o tempo assim corria, as horas passavam, e o sol muitas vezes surpreendia os dançantes fatigados, mas não saciados (SANTOS, 1976, p. 85).

Atendo-se à sonoridade proveniente da cultura material existente no Tijuco, ouvia-se uma polifonia oriunda dos mais diferentes instrumentos de trabalho que, sobre o espaço natural, devido à ação humana, dava forma e volume à materialidade do Arraial.¹⁴ Em meio a esse quadro sonoro fragmentado e contraditório, ocupava um lugar expressivo na cotidianidade sonora dos moradores do Tijuco os sons provenientes do contato dos homens com madeira.

Amplamente utilizada por marceneiros, carpinteiros e carapinas, nas construções mineiras, em particular na primeira metade do século XVIII, quando as igrejas eram construídas com base de madeira e os seus interiores eram compostos de púlpitos, corso, altares-mores e laterais; escutava-se das matas a sonoridade forte e límpida dos machados que cortavam as árvores, para, logo em seguida, transformá-las em portas, gelosias, oratórios, estratos e outros artefatos.

Dos instrumentos de trabalho utilizados pelos marceneiros - oficiais que trabalhavam a madeira executando tarefas que exigiam maior “delicadeza” ou maior “artifício” que o encontrado nos carpinteiros - que lavravam a madeira destinada à confecção de móveis, ouvia-se o resfolegar lamurioso dos serrotes, o arrastar sibilante das plainas e as rápidas batidas do martelo sobre a madeira, sendo, no entanto, esta sonoridade entremeada por breves pausas para a inspeção do produto confeccionado. Dos cinzéis, empunhados pelos entalhadores, que

¹⁴ Utilizando o conceito de morfologia, como formas sonoras que se modificam no tempo e no espaço, e o de tipologias, como sistemas destinados a classificar os sons de acordo com suas várias formas e funções, Schafer (2001) conclui que a morfologia possibilita reunir, em seqüência cronológica ou geográfica, sons de formas ou funções similares, de tal forma que as variações ou mudanças evolutivas possam se tornar claras: “A primeira coisa a considerar é a base material das diferentes culturas e sociedades. Cada área geográfica da Terra em determinados materiais em abundância, que são utilizados na fabricação de moradias, utensílios e artefatos; madeira, pedra, bambu ou metais. [...] Já notei que na Europa central o material de construção original era a madeira; então, à medida que a terra foi sendo desbravada, esse material passou a ser a pedra; hoje é a interminável cita de concreto bruto que une as casas, ruas, cidades e nações. Já a costa oeste da América do Norte está se movimentando diretamente da era da madeira para a modernidade cinzenta sem passar pela experiência da era da ‘pedra’” (SCHAFER, 2001, p. 228-229).

representavam, gravavam, lavravam ou esculpiam laçarias, flores, folhagens, brutescos de meio-relevo em madeira, ouvia-se uma sonoridade sutil, leve e graciosa como os movimentos realizados pelos artífices que as modelavam com delicadeza e precisão.

Por volta de 1840, quando a demanda por construções mais sólidas passou a vigorar na região das Minas, verifica-se que um dos sons mais expressivos existentes na localidade era originário do contato das ferramentas utilizadas pelos canteiros, oficiais que lavravam as pedras de cantaria, isto é, pedras rijas lavradas e destinadas a serem assentadas em cantos das obras de alvenaria. No que tange à polifonia oriunda do contato dos instrumentos de trabalho dos canteiros com as pedras rijas lavradas e destinadas a serem assentadas em cantos ou ângulos das obras de alvenaria, observa-se que ela era brusca e estridente, freqüentemente entrecortada por pequenas faíscas e associada a uma forma de trabalho e de vida considerados opacos e brutos como a polifonia advinda do contato das marretas com as pedras.

Devido à necessidade de artefatos de ferro cotidianamente empregados em diversas atividades, entre elas na construção civil e na mineração, verifica-se na região do Tijuco a proliferação de pequenas forjas. Na confecção dos artefatos mais simples, dentre eles, dobradiças, pregos, fechaduras, ouvia-se, estando-se próximo às forjas e bigornas, sons rápidos, arredondados, tilintantes e impacientes provenientes do choque entre os pequenos martelos e a matéria-prima trabalhada ainda em estado incandescente. Na produção de artefatos maiores, escutavam-se de longe, sons retinidos, como se estivessem imersos em um poço profundo, provocados pelas mãos pesadas dos ferreiros que empunhavam pesadas marretas capazes de fazer vergar o duro metal trabalhado.

Ao longo das ruas, desenhava-se também uma sonoridade composta pelo lento e pesado vagar dos cascos dos bois ou cavalos que puxavam carroças, cujos movimentos das rodas, igualmente, pesados e lentos, emitiam, em contato com as ruas mal pavimentadas, rangidos contínuos e assimétricos. Contrastando com o lento vagar das carroças e com os sons dele provenientes, estava à rápida sonoridade oriunda das ferraduras dos cavalos que, montados por diversos sujeitos sociais, passavam pelas ruas estreitas e íngremes, chamando a atenção pública, fazendo com que das janelas surgissem mulheres com um olhar curioso ou com que os transeuntes se aproximassem dos pedrais que ladeiam as vias do Arraial.

Cavalos e mulas eram o transporte quase mesmo para as mulheres, que montavam como os homens, sendo para tanto obrigadas a usar calças, sobre as quais vestiam uma longa saia de montar. Para o transporte urbano, contudo, preponderava o uso do carro de bois. Era exatamente nesses veículos de rodas maciças e excessivamente barulhentas que famílias inteiras iam à vila ou arraial aos domingos ou nos dias de festas, sobretudo Páscoa e Natal. Era, verdadeiramente, um carro patriarcal (ARRUDA, 2000, p. 156).

Nas ruas e becos estreitos, sinuosos, irregulares e pouco extensos, também se deslocavam constantemente as tropas e com elas o tropel ritmado das mulas, os estalidos repentinos e agudos dos chicotes e o tilintar dos sinos atados aos pescoços das éguas “madrinhas” que guiavam trinta ou cinquenta mulas carregadas de mercadorias e víveres a serem vendidos na Praça da Intendência. Além desses sons e ruídos, também acompanhavam as tropas as infindáveis conversas, de uma forma geral, realizadas em voz alta por todos os componentes do grupo de tropeiros, assim como os constantes gritos emitidos pelas gargantas dos arrieiros e dos tocadores. Na hora das refeições e à noite...

Cada tropa em separado prepara sua própria refeição, durante a qual trocam idéias conversando sobre os trechos que haviam percorrido, ou falando de suas aventuras amorosas. Divertem-se cantando e tocando violão e depois adormecem sobre enxergas de couro espalhadas pelo chão, envolvidos em rudes cobertores (ARRUDA, 2000, p. 156).

Nas ruas, becos e praças também eram realizadas festividades de cunho profano e sagrado, sendo as primeiras organizadas com o intuito de homenagear respectivamente a família real, as autoridades civis e eclesiásticas. Para a realização dos festejos, independentemente de serem eles profanos ou sacros, observa-se que as ruas e becos eram iluminados e decorados, as janelas das casas eram ornadas. Santos, referindo-se a um baile realizado, segundo ele, à custa do povo, em homenagem ao governador, na residência de Josefa Maria da Glória, observou que no interior de duas grandes salas decoradas com suntuosos móveis e “magnificamente iluminadas” damas e cavalheiros dançavam minuets, contradanças, valsas vivas e alegres. Após as danças, ao som de uma marcha, os casais se deslocavam para um imenso salão em cujo centro estendia-se uma longa mesa, rica e abundantemente servida de todas as “sortes de iguarias”:

Mais de oito mil luminárias clareavam o jardim; as ruas de arvoredos limpáram-se, asseáram-se e lastráram-se de alva e fina areia; os tanques reverberavam as luzes, como gigantescos espelhos estendidos sobre o solo, e os chafarizes no centro da iluminação pareciam fios de prata, salpicando brilhantes perolas; por cima negrejava a sombria abobada de altos arvoredos, que entrelaçavam sua folhagem. Duas bandas de música, a de Vila Rica e a do Tejuco tocavam sem cessar à porfia. O povo percorria alegre as longas e espaçosas alamedas do jardim. Em todos os semblantes se via trassudar o contentamento, que lhes ia no interior. Ria-se, conversava-se, gritava-se, davam-se vivas entusiásticos ao governador: tudo apresentava uma variedade de divertimentos, que encantava (SANTOS, 1976, p. 195-196).

Ao lado das festas religiosas, que impregnavam ruas e becos com uma sonoridade sacra e ao mesmo tempo profana, ocupava uma posição proeminente na polifonia do “velho Tijuco” os ruídos produzidos interna e externamente pela igreja. Nesse sentido, antes de se esquadrihar alguns ruídos provocados por essas instituições, deve-se, primeiramente, assinalar que, devido ao aumento significativo dos sons no mundo contemporâneo, a palavra ruído passou com o decorrer do tempo a ter vários significados e interpretações.¹⁵ Segundo, deve-se ressaltar que os ruídos “sagrados” produzidos pelas igrejas, em particular os provenientes dos sinos e dos órgãos, caracterizaram-se não somente por serem os mais fortes, mas pela autoridade que as igrejas tinham para emití-los.

Construídas pelas *Irmandades* ou *Ordens Terceiras*, exceção feita à de Santo Antônio, nas igrejas eram tecidas extensas redes de sociabilidades que se estendiam e se tornavam perceptíveis, social e

¹⁵ Schafer (2001) refletindo sobre o aumento de sons no mundo moderno terem transformado significado da palavra ruído (*noise*), inicialmente, observou que etimologicamente o termo pode ser remetido ao francês arcaico *noyse*, às palavras provençais do século XI *noysa*, *nosa*, *nausa* e as palavras latinas *nausea* ou *noxia*. Para ele contemporaneamente existem quatro definições gerais para a palavra ruído, quais sejam: som indesejado, som não musical, qualquer som forte e distúrbio em qualquer sistema de sinalização. Para ele, das quatro definições gerais a mais satisfatória e a de “som não-desejado”: “Das quatro definições gerais, provavelmente a mais satisfatória seja ainda ‘som não desejado’. Isso torna o ruído um termo subjetivo. O que é música para um homem pode ser ruído para outro. Mas o termo mantém a possibilidade de que, numa determinada sociedade, deva haver mais concordância do que discordância a respeito de quais sons constituem ‘interrupções não-desejadas’. ‘Perturbar o público’, então, significa perturbar uma porção significativa do público, e essa é a maneira pela qual a legislação tradicional costuma tratar dos problemas do ruído” (SCHAFER, 2001, p.258).

sonoramente, nas cerimônias públicas, sobretudo, nas missas realizadas aos domingos, nos casamentos e batismos. No que tange ao aspecto social, observa-se que, quando da realização desses eventos, a população do Arraial preocupava-se com a vestimenta e o local destinado a elas nesses eventos, pois sentar nas primeiras fileiras dos templos, à mesa das autoridades e estar na área central de uma procissão religiosa representava para diversos sujeitos sociais, sinais evidentes de distinção (FURTADO, 2003, p. 158).

No que concerne à sonoridade existente nesses espaços, verificava-se em algumas ocasiões que se constituíam em verdadeiros reservatórios de silêncio nos quais homens e mulheres procuravam, sob abóbadas escuras e silenciosas, recuperar a tranqüilidade mental e espiritual perdida nos mais diversos afazeres cotidianos. Em outros momentos - como missas, casamentos e batismos - os templos eram povoados por vozes que, por meio de sussurros, proferiam preces ou comentários maldosos acerca de um antigo desafeto ou cânticos construídos por intermédio de uma linha melódica que conduzia os ouvintes às esferas celestiais. Nesses territórios, também se podia ouvir a polifonia extraída por diversos músicos dos mais diferentes instrumentos, destacando entre eles a sonoridade oriunda dos órgãos que foram inventados para fazer a divindade ouvir.

Para toda a cristandade, o divino era sinalizado pelo sino da igreja. É um desenvolvimento tardio da mesma necessidade de clamor que antes havia sido expressa pelo canto e pelo estrondo. O interior da igreja também reverberava com os mais espetaculares eventos acústicos, pois o homem trouxe para esse lugar não somente as vozes que se ouviam nos cânticos, mas também a mais ruidosa máquina que até então ele havia produzido - o órgão. E ele foi todo planejado para fazer a divindade ouvir (SCHAFER, 2001, p. 83).

Externamente, a sonoridade dos sinos erguia-se cotidianamente acima dos ruídos da vida profana e elevava todas as coisas a uma dimensão de ordem e serenidade. Era por meio dos seus sons familiares - que atravessavam as folhagens das árvores, as paredes das casas, as gelosias das janelas - que se anunciavam, por intermédio do som centrípeto, festas, nascimentos, mortes e casamentos. Em outras ocasiões, por meio de sons centrífugos, isto é, de dispersão, alardeavam-se a expulsão dos espíritos do mal, não somente dos homens, como ainda da igreja e da própria cidade (HUIZINGA, s/d., p. 10).

Nesse sentido, são oportunas, embora sejam diferentes os recortes temporais e espaciais, as seguintes ponderações acerca dos sinos:

Um som se erguia constantemente acima dos ruídos da vida ativa e elevava todas as coisas a uma esfera de ordem e serenidade: o ressoar de todos os sinos. Eles eram para a vida quotidiana os bons espíritos que, nas suas vozes familiares, ora anunciavam o luto ora chamavam para a alegria; ora avisavam do perigo ora convidavam à oração. Eram conhecidos pelos seus nomes: o grande Jacqueline, o sino de Rolando. Toda gente sabia o significado dos diversos toques que, apesar de incessantes, não perdiam o seu efeito no espírito dos ouvintes. Durante o famoso duelo judicial entre dois burgueses de Valenciennes, em 1145, o grande sino ‘que é horrível de ouvir’, no dizer de Chastellain, nunca deixou de tocar. Que atordoamento não devia produzir o badalar dos sinos de todas as igrejas em todos os mosteiros de Paris ressoando desde manhã até o anoitecer; e mesmo durante a noite, quando se concluía um tratado de paz ou era eleito o papa (ALGRANTI, 1997, p. 97-98).

No entanto, a bulha de sinos também desempenha sonoramente um papel coercitivo e punitivo junto à população local, pois relembram por meio de sua polifonia alguns aspectos preconizados pelo cristianismo, dentre eles, o caráter efêmero do mundo material e a pecaminização da vida. Nesse contexto, o badalar dos sinos anunciavam de maneira alegre que o romper do dia trazia consigo a possibilidade de se valorizar o espírito por intermédio das orações, do trabalho e da abstinência em relação aos prazeres corpóreos. Assim como, relembravam de forma tristonha que a noite trazia em seu âmago a necessidade do descanso, da recomposição das forças físicas e do amor comedido e matrimonial.

Alinhadas às ruas e becos, as casas e sobrados do “velho Tijuco” caracterizaram-se, ao longo do tempo, por estarem coladas umas às outras, terem seus quintais circundados por muros baixos e por seus anexos cobertos de palha ou telhas. Focalizando, mais detalhadamente, algumas destas casas do Arraial, Saint-Hilaire observa que, na sua maioria, eram brancas por fora, cobertas de telhas, construídas em barro, madeira ou adobes. As principais casas do Arraial caracterizavam-se pela extrema limpeza, por terem as cercaduras das portas e das janelas pintadas de diferentes cores - tendo estas últimas como peculiaridades, além das cores, o fato de terem vidraças - e por serem

raras as rótulas nas janelas e portas das residências (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 28).

Também caracterizava esses espaços o fato de serem raras nas casas do Arraial as gelosias ou rótulas de treliças feitas de madeira que, segundo Saint-Hilaire, tornavam tão tristes as casas de Vila Rica. Tristeza esta justificada na medida em que, para o viajante francês, assim como para os demais viajantes estrangeiros, as gelosias, de origem mourisca, eram associadas ao confinamento e ao silêncio das mulheres. No entanto, a existência de poucas gelosias no Tijuco, ao contrário do que intuiu o viajante, estava atada a diversos fatores, entre eles, o de propiciar um maior arejamento das casas, ao bom gosto e à modernidade preconizada por alguns segmentos sociais.

Atendo-se, momentaneamente, aos sobrados, termo que remete ao espaço sobrado ou ganho em virtude de um assoalho suspenso, verificava-se em seus interiores a realização de inúmeras atividades, sendo estas separadas e obedecendo, de uma forma geral, à seguinte configuração: no primeiro piso estavam localizadas as lojas ou os escritórios, enquanto no segundo estavam instalados os quartos, a sala e a cozinha.

Os sobrados também se diferenciavam das construções de outras localidades mineiras pelo uso do muxarabi, arquitetura trazida do Oriente provavelmente pelos comerciantes e lapidários de diamantes, que consiste em um balcão coberto de treliças, de influência mourisca, que mantinha a privacidade de quem estivesse no interior das casas (FURTADO, 2003, p. 130).

Nesses espaços onde, aliás, as mulheres, ao longo dos séculos, passaram a maior parte do tempo, abrigavam a casa da farinha, o monjolo ou a moenda, servindo também para guardar diversos utensílios e alimentos. Próximas aos monjolos, cujo som seco e opaco denunciava que os grãos estavam sendo moídos, mulheres conversavam enquanto lavavam os parques utensílios domésticos e crianças divertiam-se com os respingos de água ou arremessando gravetos nas quedas d'água para vê-los saltar e, logo em seguida, desaparecem entre os regos d'água cercados de capins.

Adentrando-se a maioria das casas do “velho Tijuco” no decorrer dos séculos XVIII, observa-se que no alto das paredes caídas encontravam-se fixados quadros concernentes à vida religiosa, crucifixos

e oratórios habilmente colocados em nichos nas paredes. Sobre os móveis dos aposentos das casas mais abastadas deparava-se com imagens de ouro e prata e oratórios que eram denunciadores das posses dos proprietários e de suas respectivas devoções. Sendo emblemático, em alguns casos, verificar-se que algumas forras possuíam pequenos oratórios portáteis caros e sofisticados, enquanto outras se contentavam com os mais simples, ou seja, confeccionados de ferro, latão ou vidro. Postadas silenciosamente diante dos oratórios, as mulheres, em meio as suas orações, aproveitavam aquele momento de quietude e silêncio para sintonizarem-se consigo mesmas e com Deus. Ou, quem sabe, para projetarem o futuro e lembrarem o passado.

Em baixo, próximos ao chão, observava-se, em particular nas casas mais abastadas, os lambaris pintados à imitação de mármore. No interior das casas, deparava-se também com um reduzido número de móveis, tais como tamboretos cobertos de couro cru, cadeiras de grande espaldar, bancos e mesas (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 28). Nas caixas, baús ou canastras, sempre colocados sobre extratos objetivando evitar a presença incômoda da umidade e dos roedores, eram guardadas roupas, documentos, cartas e papéis de uma forma geral. Na maioria das residências, devido à ausência de armários, dependurava-se em cabides uma multiformidade de objetos, entre eles, selas, roupas, espingardas e chapéus.¹⁶ Quando da realização da limpeza dessas residências, ouvia-se uma sonoridade pesada, lenta e tristonha, oriunda do constante arrastar dos móveis; quando da abertura das pesadas portas ou tampas dos baús e canastras, escutava-se um ranger melancólico e assustador provocado pelo contato da madeira com as dobradiças enferrujadas.

Contrastando com a parca quantidade de móveis e, ao mesmo tempo, ocupando um lugar significativo na vida de algumas pessoas,

¹⁶ “Os móveis em geral não eram muitos e adquiridos mais em face da sua necessidade prática do que pelo efeito decorativo que causavam. Havia mesas de diversos tamanhos, algumas com gavetas; cadeiras, bancos e tamboretos de couro ou lona; caixas, baús, frasqueiras e mais raramente armários, onde se guardavam roupas e outros objetos de uso pessoal. Velas dispostas em candeeiros iluminavam o interior das residências. Havia camas feitas de jacarandá, ornamentadas com dossel e cortinado, nas quais se dormia sobre colchão de cabelo, bem como aquelas com catre simples, ou mesmo as de lona, chamadas camas de vento. Em algumas poucas casas, usavam-se ‘espreguiceiras’, ‘canoas de vento’, espelhos, cômodas com gavetas, canapés e estantes para acomodar livros” (FURTADO, 2003, p. 132).

estavam os livros e as velas dispostas em candeeiros que iluminavam o interior das residências.¹⁷ Na escuridão, quando a vida cotidiana era iluminada por pequenos lagos de luzes provenientes desses artefatos, verificava-se que os poderes da visão eram fortemente reduzidos enquanto os ouvidos eram super sensibilizados. Nesse contexto, o crepitar das velas e os esporádicos assobios provenientes dos lampiões eram, invariavelmente, associados por crianças e alguns adultos aos ruídos produzidos pelas “assombrações”. Isto é, pelos espíritos daqueles que morreram de forma trágica ou sucumbiram devido aos maus tratos, destacando-se, entre eles, as almas aflitas e sedentas de vingança dos escravos e dos garimpeiros. Ou, por vezes, adormeciam tendo os ouvidos acariciados pelas vozes adocicadas que contavam histórias infantis de outros tempos e lugares.

Deslocando para o interior dos domicílios, em direção aos fundos das casas, deparava-se, na maioria das vezes, com as cozinhas. Localizadas, inicialmente, na parte externa das residências, entre outros fatores, pelas condições climáticas e pela fuligem oriunda dos fogões a lenha, esses espaços, de uma forma geral, desmembravam-se em dois, a saber, as denominadas cozinhas “limpas”, instaladas no interior das casas e as cozinhas “suja”, estrategicamente situadas no exterior das residências, onde se cozinhou e realizavam os trabalhos considerados mais pesados e menos higiênicos, sendo, para isso, utilizados os seguintes utensílios: chocolateiras, bacias para pão-de-ló, tachos de latão ou cobre, espetos, grelhas, escumadeiras, caldeirões, almofarizes com tigelas de metal para triturar grãos (FURTADO, 2003, p.135). A esses espaços, cuja sonoridade predominante era denunciadora do trabalho, por vezes chegavam de forma escorregadia, conduzidas pelos ventos que se afunilavam pelos corredores, diversos cantos provenientes dos pássaros e das vozes humanas.

¹⁷ “Em 14 inventários (21,2%) foram registrados a posse de livros, revelando um grau de instrução elevado. Desde total, três deles eram padres, três eram funcionários graduados da Real Extração, sendo que 12 eram portugueses e todos brancos. A pequena mas seleta biblioteca do guarda-livros e também caixa da Real Extração João Antônio Maria Versiani encerrava algumas curiosidades, como três volumes da obra de Ariosto e um volume sobre a Revolução de Portugal em 1640. Mas de longe a biblioteca mais preciosa pertencia, ao também guarda-livros, Manoel Pires de Figueiredo; compunha-se de aproximadamente 140 obras, dispostas em cerca de 360 tomos, que abrangiam os mais diferentes assuntos, grande número em latim e alguns em francês” (FURTADO, 1996, p. 54-55).

Nessas últimas, havia diversos sons típicos, como o da lenha que ardia no fogão e, vez ou outra, emitia estalidos provenientes da madeira queimando. Sobre as chapas dos fogões, tendo abaixo as chamas do fogo, estavam os caldeirões, cujo fervilhar das águas neles contidas provocava a formação de pequenas bolhas de água que, ao explodirem, provocavam um borbulhar fugidio e escorregadio. Nesses territórios, ouvia-se também o som oriundo do bater a nata do leite que, ao ser agitada por meia hora ou mais, gradativamente, ia apresentando uma mudança quase imperceptível em sua sonoridade e textura, modificando o líquido em creme e o som aberto transmudando-se em uma polifonia fechada e pesada na medida em que formava a manteiga.

Para além destes compartimentos deparava-se, ao contrário de Ouro Preto com seus jardins mal cuidados, com numerosos e bem cuidados jardins dispostos irregularmente sobre um plano inclinado. Neles, podia-se ouvir a sonoridade das enxadas ao cortarem as ervas daninhas e, logo depois, o som manso e opaco do mato amontoado, misturado com a terra.

Nessa perspectiva, ao se tentar ler e decifrar alguns fragmentos da paisagem sonora do Arraial do Tijuco, observa-se que ela era composta por sons, ruídos e silêncios que se interpenetravam, opunham-se, excluía-m-se e se complementavam, constituindo-se em uma paisagem sonora em que se faziam presentes os conflitos, os contrastes, as tensões, as mudanças, as permanências, enfim, os movimentos próprios da história.

Referências

ALGRANTI, L. M. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, L. M. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 83-154.

ARRUDA, M. A do N. *Mito da mineiridade - o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BLOCH, M. *Apologia da história: ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRESCIANI, M. S. M. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna interpreta o Brasil*. 2003. Tese (Titular) -

Departamento de História, UNICAMP, Campinas, 2003.

ELIAS, N. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994. v. 2.

FURTADO, J. F. *O livro da capa verde – o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração*. São Paulo: Annablume, 1996.

_____. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HUINZINGA, J. *O declínio da Idade Média*. Lisboa: Ulisséia, s.d.

MAWE, J. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

PAULA, T. P. de. *Abrindo os baús: tradições e valores das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

PESAVENTO, S. J. *O imaginário da cidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

SANTA'ANNA, A. R. de. Música: palavra-chave da memória. In: MATOS, C. N. de; TRAVASSOS, E. ; MEDEIROS, F. T. de [Orgs.]. *Ao encontro da palavra cantada: poesia, música e voz*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.

SAINT-HILAIRE, A. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

SANTOS, J. F. O Capitão Mendonça. In: _____. *Folhetins inacabados*. Diamantina, 1866.

SANTOS, J. F. dos. *Memórias do distrito diamantino da Comarca do Serro Frio*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

SCHAFER, R. M. *A afinção do mundo*. São Paulo: UNESP, 2001.

SOUZA, J. M. de. *Cidade: momentos e processos*. Serro e Diamantina na formação do Norte mineiro no século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1993.

Artigo recebido em julho de 2008 e aceito para publicação em agosto de 2008.